

Nova Previdência

Lei 13.846/2019

25 JUNHO
2019

Estrutura Técnica



Peritos Médicos Federais

Médicos Peritos do INSS, agora são denominados **Perito Médico Federal**, vinculados ao quadro de pessoal do Ministério da Economia e possuem novas atividades;

São atribuições essenciais e exclusivas dos cargos de Perito Médico Federal

I - o regime geral de previdência social e assistência social:

- a) a emissão de parecer conclusivo quanto à incapacidade laboral;
- b) a verificação, quando necessária à análise da procedência de benefícios previdenciários;
- c) a caracterização da invalidez; e
- d) a auditoria médica.**

II - a instrução de processos administrativos referentes à concessão e à revisão de benefícios tributários e previdenciários

III - o assessoramento técnico à representação judicial e extrajudicial da União, das autarquias e das fundações públicas federais

IV - a movimentação da conta vinculada do trabalhador ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nas hipóteses previstas em lei, relacionadas à condição de saúde;

V - o exame médico-pericial componente da avaliação biopsicossocial da deficiência

Estrutura Técnica



Servidor
Administrativo
Seguro Social

Servidores Administrativos possuem novas atribuições e seguranças;

São atribuições da Carreira do Seguro Social

I - no exercício da competência do INSS e em caráter privativo:

- elaborar e proferir decisões ou delas participar em processo administrativo-previdenciário relativas ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), de que trata o art. 201 da Constituição Federal, bem como em processos de consulta, de restituição ou de apuração de irregularidade em processos administrados pelo INSS;
- proceder à orientação no tocante à interpretação da legislação previdenciária de que trata o art. 201 da Constituição Federal;
- realizar as alterações cadastrais que impactam em alteração de direitos a benefícios sociais no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)
- exercer, em caráter geral e concorrente, as demais atividades inerentes à competência do INSS;

Estrutura Técnica

Os Cartórios estão obrigados a informar ao SIRC, todos os registros civis (inclusive anotações) :

- em até 1 dia útil,
- Em 5 dias úteis localidades não possuem Internet



Cartórios

Informações rápidas aos sistemas da Previdência de forma a facilitar o atendimento on-line e a concessão automática de benefícios de forma Segura;

Estrutura Técnica

- A APF desenvolverá ações de segurança da informação e comunicações, incluídas as de segurança cibernética, de qualidade dos dados, e efetuará a sua integração, inclusive com as bases de dados e informações dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com o objetivo de atenuar riscos e inconformidades em pagamentos de benefícios sociais;



Dados



CRPS

Estrutura Técnica

- Compete ao Conselho de Recursos da Previdência Social julgar:
 - Recursos das decisões do INSS nos processos de interesse dos beneficiários;
 - Contestações e recursos relativos ao FAP - Fator Acidentário de Prevenção aos estabelecimentos das empresas;
 - Recursos das decisões do INSS relacionados à comprovação de atividade rural de segurado especial
 - Demais informações relacionadas ao CNIS



Defesa

Mudança nos prazos e formas de comunicação com o Segurado;

Estrutura Processual

O prazo para apresentação de defesa, quando houver indícios de irregularidades em processos é de:

- 30 dias para trabalhadores urbanos
- 60 dias para rurais

Estrutura Processual

- O representante legal ou procurador, devidamente cadastrado no INSS, poderá realizar a prova de vida no banco ou no INSS;
- O INSS disporá de meios para realização da prova de vida em segurados com dificuldades de locomoção e idosos acima de 80 anos
- o INSS poderá bloquear o pagamento do benefício encaminhado às instituições financeiras até que o beneficiário **atenda à convocação**, permitida a liberação do pagamento automaticamente pela instituição financeira



Fé de
Vida

Estrutura Processual



Processo Eletrônico

Informações rápidas aos sistemas da Previdência de forma a facilitar o atendimento on-line e a concessão automática de benefícios de forma Segura;



Processo

Estrutura Processual

- O INSS implementará e manterá processo administrativo eletrônico para requerimento de benefícios e serviços e disponibilizará canais eletrônicos de atendimento
- O INSS terá acesso aos dados necessários para a análise, a concessão, a revisão e a manutenção de benefícios por ele administrados
- O INSS facilitará o atendimento, o requerimento, a concessão, a manutenção e a revisão de benefícios por meio eletrônico e implementará procedimentos automatizados



CNIS

Estrutura Processual

- O CNIS manterá cadastro dos segurados especiais, dos quais deverão fazer a atualização anualmente;
- A partir de 2023 a comprovação do Segurado Especial será exclusivamente pelo CNIS
- Utilização como prova a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- DAP ou por documento que a substitua

Mudanças Legislativas

- Fim da múltipla atividade -O salário de benefício do segurado que contribuir em razão de atividades concomitantes será calculado com **base na soma dos salários de contribuição das atividades exercidas na data do requerimento ou do óbito** ;
- No caso da perda da qualidade, após a nova filiação deverá contar com metade da carência dos períodos exigidos para cada benefício (auxílio-doença, de aposentadoria por invalidez, de salário-maternidade e de auxílio-reclusão)



Normas



Normas

Mudanças Legislativas

- O período em gozo de auxílio-acidente não mantém a qualidade de segurado;
- Provas de união estável e dependência econômica exigem **início de prova material contemporânea** em período não superior a 24 meses anterior à data do óbito ou da reclusão
- Para concessão do auxílio-reclusão é necessário 24 meses de carência

Mudanças Legislativas

- Não é devido o auxílio-doença para segurados reclusos em regime fechado;
 - O segurado em gozo de auxílio-doença terá o benefício suspenso na data do recolhimento à prisão
- O recebimento da Pensão por Morte será devida desde a data do óbito para requerimentos feitos em até 180 dias por menores de 16 anos e 90 dias para os demais dependentes



Normas

Normas

Mudanças Legislativas

- Ajuizada a ação judicial para reconhecimento da condição de dependente, este poderá requerer a sua habilitação provisória ao benefício de pensão por morte;
- Na hipótese de o segurado falecido estar, na data de seu falecimento, obrigado por determinação judicial a pagar alimentos temporários a ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira, a pensão por morte será devida pelo prazo remanescente na data do óbito, caso não incida outra hipótese de cancelamento anterior do benefício

Mudanças Legislativas

- A aferição da renda mensal bruta para enquadramento do segurado como de baixa renda ocorrerá pela média dos salários de contribuição apurados no período de 12 (doze) meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão
- Será excluído definitivamente da condição de dependente quem tiver sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis



Normas



RPPS e
RGPS

Mudança nos processos de Certidão
de Tempo de Serviço;

Estrutura de Ligação

- Altera a relação entre os Regimes Próprios (RPPS) e o Regime Geral de Previdência (RGPS), realizada através da Certidão de Tempo de Contribuição

Estrutura de Ligação

- É vedada a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) **com o registro exclusivo de tempo de serviço, sem a comprovação de contribuição efetiva**, exceto:
 - para o segurado empregado,
 - empregado doméstico,
 - trabalhador avulso e,
 - a partir de 1º de abril de 2003, para o contribuinte individual que presta serviço a empresa obrigada a arrecadar a contribuição a seu cargo



CTC



CTC

Estrutura de Ligação

- A CTC somente poderá ser emitida por regime próprio de previdência social para **ex servidor**;
- Eliminada a averbação automática , vedando a contagem recíproca de tempo de contribuição do RGPS por regime próprio de previdência social **sem a emissão da CTC** correspondente
- **Torna possível a compensação previdenciária entre RPPSs ou entre o RPPS e o Regime Geral**

Estrutura de Ligação

- É vedada a desaverbação de tempo em RPPS quando o tempo averbado tiver **gerado a concessão de vantagens remuneratórias** ao servidor público em atividade
- para fins de elegibilidade às aposentadorias especiais referidas no § 4º do art. 40 e no § 1º do art. 201 da Constituição Federal, os períodos reconhecidos pelo regime previdenciário de origem como de tempo especial, **sem conversão em tempo comum**, deverão estar incluídos nos períodos de contribuição compreendidos na CTC e discriminados de data a data



CTC

Estrutura RPPS

Os Cartórios estão obrigados a informar ao SIRC, todos os registros civis (inclusive anotações) :

- em até 1 dia útil,
- Em 5 dias úteis localidades não possuem Internet



RPPS

Assegura maior Segurança e Responsabilidade dos Administradores



RPPS

Estrutura RPPS

- A necessidade de exigência, em relação às instituições públicas ou privadas que administram, direta ou indiretamente por meio de fundos de investimento, os recursos dos RPPS, da observância de critérios relacionados a:
 - boa qualidade de gestão,
 - ambiente de controle interno,
 - histórico e experiência de atuação,
 - solidez patrimonial,
 - volume de recursos sob administração
 - e outros destinados à mitigação de riscos

Estrutura RPPS

- Os órgãos ou entidades deverão elevar substancialmente os níveis de governança, haja vista que devam ter um quadro mais técnico com as devidas certificações, entre todo o mercado financeiro coloca na linha de punição da eventualidade de usar a má fé ou induzir que possam levar prejuízos o RPPS
- Os membros do conselho administrativo e fiscal, e membros de comitês, dirigentes, ou quaisquer profissional que prestem serviços técnicos para o ente federativo respondem diretamente a qualquer infração que causarem



RPPS



RPPS

Estrutura RPPS

- A necessidade de exigência, em relação às instituições públicas ou privadas que administram, direta ou indiretamente por meio de fundos de investimento, os recursos dos RPPS, da observância de critérios relacionados a:
 - boa qualidade de gestão,
 - ambiente de controle interno,
 - histórico e experiência de atuação,
 - solidez patrimonial,
 - volume de recursos sob administração
 - e outros destinados à mitigação de riscos

Estrutura de Cobrança



Cobrança

Mudança nos processos de cobrança
e fluxos;

Estrutura de Cobrança

- Desconto de pagamento administrativo ou judicial de benefício previdenciário ou assistencial indevido, ou além do devido, inclusive na hipótese de cessação do benefício pela revogação de decisão judicial, em valor que não exceda 30% (trinta por cento)
- Inscrição em dívida ativa pela PGF os créditos constituídos pelo INSS em decorrência de benefício previdenciário ou assistencial pago indevidamente ou além do devido, inclusive na hipótese de cessação do benefício pela revogação de decisão judicial



Cobrança



Cobrança

Estrutura de Cobrança

- Será objeto de inscrição em dívida ativa, em conjunto ou separadamente, o terceiro beneficiado que sabia ou deveria saber da origem do benefício pago indevidamente em razão de fraude, de dolo ou de coação, desde que devidamente identificado em procedimento administrativo de responsabilização

Estrutura de Cobrança

- A Previdência Social ajuizará ação regressiva contra os responsáveis nos casos de:
 - Negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicadas para a proteção individual e coletiva;
 - **violência doméstica e familiar contra a mulher**, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006



Cobrança



Cobrança

Estrutura de Cobrança

- Os valores creditados indevidamente em razão de óbito, em favor de pessoa natural falecida, em instituições integrantes do sistema financeiro nacional por pessoa jurídica de direito público interno deverão ser restituídos.
 - aplica-se aos créditos realizados, inclusive anteriormente à data de entrada em vigor desta Lei;
 - não se aplica aos créditos referentes a períodos de competência anteriores ao óbito;

Bonificação



Bônus

Assegura bonificação por trabalho
extraordinário

Bonificação

- Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios (BMOB)
- Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade (BPMBI)
- A implementação e o pagamento do BMOB e do BPMBI ficam condicionados à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação prévia



Bônus



BMOB

Bonificação

- O BMOB será devido aos servidores públicos federais ativos que estejam em exercício no INSS e conclua a análise de processos do Programa Especial.
- A análise de processos que ensejam o BMOB deverá representar acréscimo real à capacidade operacional regular
- O BMOB somente será pago se as análises dos processos ocorrerem sem prejuízo das atividades regulares
- gerará efeitos financeiros até 31 de dezembro de 2020

Processos BMOB

- Potencial acúmulo indevido de benefícios indicado pelo TCU ou pela CGU
- Potencial pagamento indevido de benefícios previdenciários indicado pelo TCU e pela CGU
- Processos identificados na Força-Tarefa Previdenciária
- Benefícios pagos em valores superiores ao teto previdenciário
- Processos com suspeita de óbito
- BPC/LOAS com indícios de irregularidade



BMOB



BPMBI

Bonificação

- Será devido aos ocupantes do cargo de Perito Médico Federal, Perito médico da Previdência Social e Supervisor Médico-Pericial, para cada perícia médica extraordinária realizada no âmbito do Programa de Revisão
- Perícia médica extraordinária será aquela realizada além da jornada de trabalho ordinária e que representa acréscimo real à capacidade operacional regular de realização de perícias médicas
- Gerará efeitos financeiros até 31 de dezembro de 2020

Processos BPMBI

- Benefícios por incapacidade mantidos sem perícia pelo INSS por período superior a 6 (seis) meses e que não possuam data de cessação estipulada ou indicação de reabilitação profissional;
- BPC sem revisão por período superior a 2 (dois) anos;
- Outros benefícios de natureza previdenciária, assistencial, trabalhista ou tributária.
- Acompanhamento por médico perito de processos judiciais de benefícios por incapacidade



BPMBI

Secretaria de Previdência SPREV

Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro